

A Voz do Lavrador, Lamparina, O Feixe e Ferramenta: A comunicação alternativa dos trabalhadores rurais na Amazônia.

Célia Regina Trindade Chagas AMORIM¹
Lanna Paula Ramos da SILVA²
Milene Costa de SOUSA³

Resumo: Aborda-se a comunicação alternativa dos trabalhadores rurais na Amazônia que circulou no período de expansão capitalista na região a partir de 1964, ano que se deflagrou o golpe militar no país. A necessidade de um pedaço de terra impõe a atores sociais do campo uma luta coletiva com a finalidade de resistirem a um modelo concentrador que privilegiava a legalização de latifúndios em detrimento de um real ordenamento da estrutura fundiária na Amazônia. Muitos trabalhadores passaram a se organizar por meio de sindicatos e utilizavam como estratégia de comunicação a imprensa alternativa para divulgar e denunciar os conflitos de terra, a existência de sindicatos controlados por ditadores para servirem a grandes empresários e latifundiários na região; até notícias sobre a luta pela reforma agrária e a valorização da vida dos trabalhadores rurais.

Palavras-chave: Imprensa Sindical. Trabalhador Rural. Comunicação Alternativa.

1. Introdução

Um dos desafios a ser vencidos pelos ditadores do pós 1964 no Brasil, determinados na cartilha dos parceiros internacionais como os Estados Unidos da América, era a chamada “floresta em pé”. Os estrategistas e ensaístas do golpe precisavam “amansar a Amazônia” em nome da modernização e do progresso. Mas como fazer a integração de uma região brasileira tão complexa como a Amazônia com a finalidade de promover o crescimento econômico do país? O que fazer com aquela imensa área verde, aparentemente, homogênea?

¹Prof.ª Dr.ª da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará–UFPA, Vice-diretora da Faculdade. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Mídias Alternativa na Amazônia, CNPq-UFPA. E-mail: celia.trindade.amorim@gmail.com.

²Graduanda do 3º semestre do Curso de Comunicação Social –Jornalismo da Universidade Federal do Pará, bolsista do Projeto de Pesquisa Mídias Alternativa na Amazônia PIBIC/UFPA - AF. E-mail: lannapaular@gmail.com.

³Graduanda do 3º semestre do Curso de Comunicação Social –Jornalismo da Universidade Federal do Pará, bolsista do Projeto de Pesquisa Mídias Alternativa na Amazônia. PIBIC/CNPq - UFPA - AF. E-mail: milenecostadesousa@gmail.com.

Em visita a uma das principais capitais da fronteira Norte do País, Manaus, o presidente Emílio Garrastazu Médici dava a resposta dos militares a dois problemas que afligiam o Brasil naquele período: do “homem sem terra do Nordeste e o da terra sem homem na Amazônia”. (Gomes, 1972, Apud, Leroy, 1986, p.71).

Médici anunciava em junho de 1970 o “arrojado” Plano de Integração Nacional (PIN). Tratava-se de um pacote de medidas que representava, em conjunto com o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (PND I e II), a viga mestra para a execução de grandes obras na região: a modernização do sistema fluvial e a implantação da comunicação; a construção de rodovias como a Transamazônica, Cuiabá – Rio Branco e Cuiabá – Santarém, até obras de mineração e energia. (Paula, 2004).

Para se ter uma idéia do volume de recursos econômicos que foram depositados somente no setor de infraestrutura relativas às estradas, Paula (2004) e Linhares (1992), enfatizam que a construção dessas rodovias “contou entre 1968/1972 com financiamentos do Banco Mundial e BID da ordem de 400 milhões de dólares, que significou o maior empréstimo já feito a um país para a construção de estradas”. (Linhares, apud, Paula, 2004, p.88).

A gradativa implantação da colonização e da reforma agrária às proximidades das novas rodovias e a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) também constavam no conjunto de medidas militares. Eles impuseram uma política de privilégios a grandes empresários e latifundiários que para lá se fixassem e de uma política de colonização dirigida aos camponeses do Centro Sul, Nordeste e dos povos tradicionais da região que foram incentivados a participarem de várias atividades produtivas dinamizadas nas zonas de vazios demográficos.

Assim, as diretrizes para promover a chamada redistribuição de terras foram implementadas ao longo da década de 1970 para garantir o ingresso da Amazônia ao projeto de modernização aos moldes do capitalismo internacional. Nada poderia ser obstáculo. O caso do Acre torna-se exemplar para se entender que a modernização militar centrou-se na grande propriedade fundiária e na pecuária extensiva de corte como observa Paula:

Essa estratégia do governo federal apoiava-se fortemente na oferta de incentivos fiscais, complementada por outros incentivos oferecidos pelo governo estadual. Esses atrativos, somados às possibilidades de especulação com o mercado de terras, abriram passagem para a expansão da frente agropecuária no início dos anos 70. Os seus impactos na estrutura agrária acreana foram imediatos. Em 1978, cerca de um terço das terras cadastradas no INCRA encontravam-se sob o domínio de investidores do Centro-Sul, em sua maioria, oriundos do estado de São Paulo. (Paula, 2004, p.88).

Certamente que o acesso à terra, com a proteção e apoio financeiro por parte dos militares, era restrita a poucos. Os projetos de colonização pouco davam respostas às necessidades reais dos trabalhadores rurais. Os conflitos no campo já eram elevados e explodiam os assassinatos de padres, sindicalistas, lavradores, índios, seringueiros. A perda da vida e da terra não poderia passar sem lutas amazônicas. Assim, os trabalhadores rurais fortaleceram a posição política da categoria com a organização de sindicatos. Na pauta a resistência à apropriação privada da terra pelos latifúndios e grandes empresas, à luta pela reforma agrária e a autonomia sindical.

2. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais na Amazônia: Santarém e Xapuri

O início da organização dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais na Amazônia (STR) coincide com o nascimento da primeira entidade sindical voltada para o campo em caráter nacional, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1963; um ano depois é deflagrada a ditadura militar no Brasil. Nas décadas seguintes, sobretudo 70 e 80, há uma proliferação e uma maior estruturação dos STRs.

O cenário de repressão, tortura e falta de liberdade democrática passa a ditar a vida no país. Na Amazônia a ocupação predatória avança. O período é marcado pelo oficialismo da grande maioria dos Sindicatos que passaram a ser tutelados pelo Estado e a obedecer à legislação oficial determinada pelo Ministério do Trabalho. As entidades sindicais assumem práticas assistencialistas do governo: consultas médicas, dentárias e direitos trabalhistas como a aposentadoria. (Amaral, 2007).

Neste contexto adverso, a participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Igreja Católica que anos depois, em 1975, se faz representar mais efetivamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), unificam e politizam a discussão no campo em torno da terra e da Reforma Agrária.

Com a aproximação do término do regime militar, novas lutas são demarcadas por um sindicalismo autônomo e livre das interferências governamentais. O cenário foi propício para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. O novo partido e a CUT ajudaram a articular as mobilizações sociais para o enfraquecimento e término do Governo Militar em 1985.

As lutas dos trabalhadores rurais na Amazônia se concentraram na tentativa de romper com o caráter assistencialista da entidade e na busca de autonomia sindical. Era

sabido que vários presidentes sindicais – dos conhecidos sindicatos “pelegos”⁴ – se relacionavam promiscuamente com grandes empresários em estreita relação com o governo. Eles também faziam oposição à exploração desordenada da floresta, incentivam a organização sindical e faziam resistência para que o uso e posse da terra voltassem para as mãos dos trabalhadores.

Aliás, a terra era o grande elemento de unificação e de luta da categoria, já que seringueiros, colonos, índios e lavradores tinham no extrativismo a principal fonte de renda e de vida. Tratava-se de uma redefinição das causas políticas dos trabalhadores no debate sobre a reordenação da estrutura fundiária na região.

Paula (1991, 2004), Medeiros (1989) e Pinto (1978) fazem uma análise contundente sobre a participação da CONTAG e da CTP nesta questão, sobretudo no que diz respeito ao Estado do Acre:

A partir de meados da década de 1970, a Contag passa a perceber que a reforma agrária não dependia apenas da decisão política do Estado e passaria a apostar mais na organização dos trabalhadores rurais como forma de reivindicar a aplicação do Estatuto da Terra⁵. No intervalo entre 1975-77 a Delegacia Regional da Contag fundou sindicatos nos sete municípios existentes no Acre naquele período. (...) Sob contexto de domínio religioso absoluto do catolicismo, o apoio da Prelazia do Acre e Purus via Comissão Pastoral da Terra (...) foi fundamental nesse processo de organização, particularmente no que tange a defesa intransigente da liberdade e autonomia sindical. (MEDEIROS 1989, PINTO 1978, APUD, PAULA, 1991, 2004, p.89).

A atuação do STR de Santarém, no Pará e do STR de Xapuri, no Acre, respectivamente, são exemplos dessa reconfiguração pela qual os sindicatos passaram com lutas políticas, acomodações, e reorganizações dos trabalhadores no campo. No Pará, ainda no período ditatorial, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santarém (1972) nos primeiros anos de criação contou com apoio de políticos ligados ao governo militar a cargo do coronel Jarbas Passarinho. (LEROY, 1986). O objetivo era manter o sindicato dependente para controlar as ações desenvolvidas pela categoria e formar currais eleitorais.

A relação de promiscuidade entre o STR e os políticos locais de Santarém demarcou um clima de insatisfação nos trabalhadores, fazendo com que a Federação de Órgão para

⁴De acordo com Monteiro, Pelego era o grupo detentor do poder político dos sindicatos. O nome “pelego” era um empréstimo da imagem das mantas de pelo de carneiro usadas para amaciar montarias, associando ao papel de amortecedores da exploração, cumprido pelos dirigentes sindicais subordinados aos poderosos locais. Ver Monteiro (1996, pág. 39).

⁵ Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Regulava o uso da terra para fins de uso, ocupação e fundiários. Surgiu no Brasil em resposta às lutas camponesas durante o regime militar. Suas principais metas eram a execução de uma reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura.

Assistência Social e Educação (FASE) e Comissão Pastoral da Terra, sistematizassem várias reuniões com a categoria. Na pauta discussões sobre os problemas da vida cotidiana como conflitos agrários, ambiental e sindical. (LEROY, 1986). Desses encontros, em 1975 a Fase e os agentes pastorais propuseram, em reunião com os trabalhadores, a criação de uma Oposição Sindical para concorrer à presidência nas próximas eleições que aconteceriam em 1977, e assim poder colocar em pauta as questões que estavam ligadas à classe rural. (LEROY, 1986).

Em 1976, a Comissão Pastoral da Terra realizou o I Encontro de Agricultores, com aproximadamente 80 trabalhadores de vários municípios do Pará. De acordo com Leroy, este evento foi estratégico para o lançamento da chapa de oposição, conhecida inicialmente como “Caminheiros”, e posteriormente como “Lavradores Unidos”.(LEROY, 1986). A Oposição Sindical contou com 30 trabalhadores rurais. A finalidade era fazer uma intervenção política para garantir o direito de voz às causas dos trabalhadores, tornando-os livre das influências das autoridades ligadas aos militares e latifundiários. Os trabalhadores não tiveram êxito na eleição de 1977, por conta da pouca organização e porque havia na chapa um representante comugado com o grupo de direita. Somente em 1980 a oposição conseguiu retomar o Sindicato. (LEROY, 1986).

No Estado do Acre também foi muito evidente às divergências quanto ao modo de enfrentar às mudanças advindas da ação sindical. De acordo com Linhares, apud, Paula (2004), houve uma cisão do Movimento dos STRs no estado.

Enquanto um grupo majoritário de dirigentes sindicais liderados pelo delegado da Contag, João Maia, opta por privilegiar a atuação na esfera institucional valendo-se dos espaços abertos no âmbito do governo estadual, a direção do STR de Xapuri e CPT, decidem manter-se numa posição de independência, a fim de preservar a autonomia sindical. O STR de Xapuri passa a recusar a adoção dos termos de negociação adotados pela Contag até então. (...) Dispostas a trilhar novos caminhos, as lideranças do STR de Xapuri abandonavam uma das principais estratégias adotadas pelo sindicalismo acreano até então, (...) a de garantir sob o modelo de "modernização" vigente um espaço para a pequena propriedade fundiária, nos moldes prescritos no Estatuto da Terra. A questão para eles era a partir daquele momento (...) criar condições políticas que pudessem impedir a continuidade daquele modelo e buscar, simultaneamente, uma alternativa de reforma agrária que atendessem aos interesses da categoria majoritária da base social do sindicato, os seringueiros. (LINHARES, APUD, PAULA, 2004, P.91).

A presença do seringueiro Chico Mendes, na direção do STR de Xapuri, a partir de 1982, provocou novas estratégias de resistência para a classe trabalhadora e para a proteção do meio ambiente. As ações de Chico Mendes repercutiram no âmbito internacional. Uma delas foi a proposta de Reserva Extrativista – Resex – que “passaram a ser consideradas, particularmente pelos seringueiros de Xapuri como a “reforma agrária” dos seringueiros”. (Paula, 2004, p. 92).

Nesta perspectiva, Paula observa que a terra deveria ser regularizada juridicamente na forma de um patrimônio público, cabendo ao Estado não só a guarda como também ser o provedor de condições necessárias para que as populações tradicionais permanecessem nessas áreas. A finalidade, em última instância, era eliminar o processo secular de exploração imposto “aos trabalhadores como pilar de sustentação das relações mercantis”. (Paula, 2004, p.91).

No caso da organização sindical, os objetivos estariam mais direcionados para coordenar a gestão nas resex visando assegurar o máximo possível de autonomia política desses trabalhadores. Ou seja, procurava-se construir "por baixo" a sustentabilidade econômica sociocultural e política da resex. Diferentemente do "modelo" defendido anteriormente pela Contag, neste não teria lugar nem para os pecuaristas, nem para as oligarquias regionais vinculadas a economia mercantil; por isso, essas forças reagem violentamente contra essa proposta. (PAULA, 2003).

Essas ações promovidas pelo STR de Xapuri e STR de Santarém foram importantes para legitimar a luta sindical na Amazônia. Afora isso destacam-se o enfraquecimento da relação de dependência com o assistencialismo do governo militar, como ocorreu no STR de Santarém; e da organização da categoria em “oposições sindicais, para que o sindicato voltasse ao trabalhador”. (LEROY, 1989, p. 5).

Dentro dessa nova estrutura, os trabalhadores rurais passaram a utilizar a chamada comunicação popular ou alternativa para ampliar as vozes do campo e contribuir por mudanças sociais no país. A ocupação desordenada do território amazônico em que investidores financeiros nacionais e internacionais travaram lutas intestinais com atores sociais locais, que tinham, estes últimos a terra como objeto de subsistência, foi uma das causas da explosão de jornais alternativos na região durante o período ditatorial.

3. A Imprensa Sindical na Amazônia: Características e temáticas dos periódicos.

A imprensa sindical alternativa representada, neste artigo, pelos jornais *A Voz do Lavrador*, *Lamparina*, *O Feixe* e *Ferramenta*, trabalhava para não se tutelar às determinações do governo militar. Algumas eram ligadas à entidades dos trabalhadores rurais que tentavam cumprir com suas obrigações sindicais; Outras originavam do movimento de Oposição Sindical que lutava para recuperar sindicatos das mãos de latifundiários e políticos ligados à ditadura.

Eram pequenos jornais ou boletins produzidos pelos trabalhadores com conteúdos que abordavam os conflitos de terra, a luta pela reforma agrária, as questões sindicais regionais e nacionais; até problemas relacionados ao cotidiano amazônico como saúde, educação, moradia, meio ambiente, assassinatos no campo.

As relações de promiscuidade entre sindicatos e grandes latifundiários da região e abusos cometidos por empresários e políticos ligados ao governo militar, que ocasionavam a estagnação dos trabalhadores no campo, eram também denunciadas por esta imprensa. De acordo com Peruzzo

(...) Nessa fase, a imprensa sindical gerada por fora das instâncias sindicais oficiais – na época os sindicatos eram (...) controlados pelo governo militar -, nomeadamente a Oposição Sindical, movimento que difundia seus boletins, panfletos [...], numa linha contestadora à ordem estabelecida e reivindicativa de mudanças, também desempenhou papel importante enquanto meio alternativo de informação. (PERUZZO, 2008, p. 4)

Nesta perspectiva, os jornais alternativos dos trabalhadores rurais na Amazônia foram importantes para conscientizar à categoria e contribuir com mudanças pelas quais o país estava atravessando. Muitos líderes das oposições sindicais escreviam nos editoriais convocando a classe para as lutas à favor da reforma agrária e para participar de reuniões e eleições sindicais.

Os jornais alternativos, na sua maioria, conviviam com a falta de estrutura, uma característica deste tipo de imprensa. A produção, a edição e a impressão eram realizadas de forma artesanal. Havia irregularidades na periodização das publicações. Alguns periódicos eram mantidos através de trabalhos voluntários. Não havia retorno financeiro. Outros cobravam um valor apenas para garantir que a próxima edição fosse produzida.

Quadrinhos, desenhos e charges também estavam presentes nos jornais. Esse recurso era em maior número do que a fotografia. No caso dos jornaizinhos amazônicos, as charges e os quadrinhos possuíam um caráter ora explicativo, ora de denúncia em relação ao assunto abordado. Segundo Miani (2005), a charge, como uma representação humorística de caráter político,

(...) satiriza um fato ou indivíduo específicos; ela é a revelação e defesa de uma ideia, portanto de natureza dissertativa e persuasiva, traduzida a partir dos recursos e da técnica da ilustração. A charge se constitui como uma modalidade das chamadas linguagens iconográficas; neste contexto também se inserem a caricatura, o cartum e as histórias em quadrinhos, pois tais meios de expressão se definem por tipos de arte de representação constituídos através da imagem produzida pelo traço humano. (MIANI, 2005, p.3).

A linguagem iconográfica foi também um componente importante na imprensa sindical da região, pois eram recursos comunicativos de fácil assimilação e que de fato contribuía, juntamente com as notícias, para mobilizar e conscientizar a classe trabalhadora rural.

Os periódicos alternativos eram, portanto, meios contra hegemônicos pelas quais os trabalhadores rurais denunciaram a nova ordem estabelecida na região. Neste artigo destacam-se dois periódicos criados no período da Ditadura Militar: *A Voz do Lavrador*, do STR de Oeiras do Pará (1979) e *Lamparina* (1979) da Corrente de Oposição “*Lavradores Unidos*” do STR de Santarém-Pará. E dois periódicos do pós-ditadura: *O Feixe* (1987), da Força Sindical dos Lavradores de Marabá; e *Ferramenta* (1987) da Corrente de Oposição Sindical de Rio Branco, no Acre.

A VOZ DO LAVRADOR (1979)

Em 1979 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras do Pará (município localizado ao nordeste do Pará) lançou o boletim informativo *A voz do Lavrador* para lutar contra as injustiças sofridas pelos trabalhadores rurais, informar sobre as experiências cotidianas da comunidade e divulgar o trabalho da entidade. O Sindicato era formado por agricultores, lavradores e também contava com o apoio de instituições religiosas, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O boletim era publicado a cada dois meses pelo STR de Oeiras do Pará, que havia sido retomado das mãos de dirigentes chamados pelos trabalhadores de “pelegos”. Na edição de nº 1, *A Voz do Lavrador* registra:

Nos últimos encontros dos trabalhadores rurais, sindicalizados ou não, conseguimos descobrir juntos a necessidade grande de articulação, ou seja, entrosamento de uma comunidade com outra, em nível de agricultores, em nível de delegacia com outra delegacia sindical, em nível do sindicato com outro sindicato, em nível de estado com outro estado, de categoria com outras categorias de trabalhadores. Para trocamos as mais significativas formas de experiência e tomarmos conhecimento das importantes formas de resistência dos trabalhadores, fortificando a organização da classe trabalhadora. Diante disso, o companheiro Gatão viajará para São Paulo nos dias 16 a 26 outubro para unir-se a outros companheiros operários do Sul e lá trocarem as mais significativas experiências de oposição sindical. (*A Voz do Lavrador*, nº1, 1979, p. 7).

Esta escritura revela que os atuais dirigentes do STR de Oeiras do Pará eram da Oposição Sindical, que havia vencido as eleições e retomado o sindicato. Tratava-se de uma liderança que estava se articulando no âmbito local e nacional para obter mais experiências e fortalecer a luta da categoria.

As informações de *A Voz do Lavrador* relacionadas ao Sindicato centralizavam-se em reuniões, assembléias da categoria, o balanço financeiro do semestre e propostas de trabalho como mapeamento das áreas de conflito da região, apoio jurídico aos

trabalhadores, promoção de demarcação e titulação definitiva das terras. O periódico era datilografado e não possuía publicidade. Havia espaço reservado para notícias de esportes, humor e cultura (poesia, música etc.). *A Voz do Lavrador* também se utilizava de ilustrações, principalmente em suas capas. Em seus títulos eram comum letras mais elaboradas para dar destaque às matérias.

LAMPARINA (1979)

Lamparina foi um informativo mensal lançado no dia 01 de maio de 1979 pela Delegacia Sindical do Una, em Santarém – Pará (Leroy, 1989, p.182). Na edição nº 5, de 1979, passa a ser apresentado como informativo da Oposição Sindical “Lavradores Unidos” composta, até aquele momento, pelas delegacias sindicais de municípios e pequenos vilarejos da região: Morada Nova (Marabá), Baixa de Areia, Curuá-Una (Santarém) Transamazônica, Chavez, Jabuti, São Ciríaco (Santarém) e Fátima. A Corrente de Oposição Sindical “Lavradores Unidos” venceu as eleições em 20 de julho de 1980; o boletim passa então a ser do STR de Santarém.

O nome *Lamparina* foi escolhido pelos próprios trabalhadores: “Alguém já disse que em lugar de ficar gritando na escuridão, deve-se acender uma luz. A delegacia sindical do Una acende essa luz. Aqui está o nosso informativo ‘*Lamparina*’” (*Lamparina*, edição nº 1, 1979, p.1). O boletim representava, na concepção dos trabalhadores, a luz para que as reivindicações do povo da Amazônia não ficassem ocultas.

Na mesma edição, com título de capa, “1º de Maio, dia do Trabalhador”, apresentou os objetivos da publicação, que era servir de fonte de informação e de denúncia para os trabalhadores rurais de Santarém-Pará e instrumento de defesa das causas trabalhistas e sindical. (*Lamparina*, edição nº 1, 1979, p.1).

Dentre os periódicos aqui analisados, o *Lamparina* foi o que possuiu maior duração, esteve em circulação de 1979 até 1990. Durante esse período teve uma pausa de produção em 1987 e 1989. O *Lamparina* era datilografado e possuía ilustrações. As ilustrações eram utilizadas para complementar os textos ou acrescentar outras informações. O boletim contou com algumas raras edições impressas em *offset*, que traziam fotos, uma delas foi a edição nº 15 de 1980, que destaca a cerimônia de posse da nova diretoria do sindicato pela corrente “Lavradores Unidos”.

Figura 2: *Lamparina*, edições n° 6 de 1979; e n° 15 de 1980.



Fonte: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-PA), 2013.

O FEIXE (1987)

O Feixe foi um jornal lançado em 1987 pela Força Sindical dos Lavradores de Marabá – PA, de Oposição Sindical e baseava-se principalmente no apelo pela sindicalização dos trabalhadores rurais de Marabá, para que a então diretoria do STR fosse deposta nas eleições que aconteceriam futuramente. O alternativo abordava as questões próprias dos sindicatos, como delegacias e eleições, mas investia também em notícias com o tema sobre reforma agrária e ameaças de trabalhadores que tinham rompido com a lógica dos sindicatos oficiais de cunho militar.

Na edição de n° 2, do ano de 1987, na página de igual número, havia a informação de que a Força Sindical dos Lavradores de Marabá possuía apenas três meses de existência, e que o primeiro grande desafio do grupo era “fazer um trabalho sério nas bases e, depois, junto com todos os lavradores interessados, formar uma chapa de oposição para ganhar as eleições sindicais em maio de 1988 e mudar a atuação do Sindicato”. (*O Feixe*, n° 2, 1987).

Os trabalhadores discordavam da atuação dos atuais diretores na época, que obedeciam a prefeitura de Marabá, no Pará, e não queriam construir a CUT, configurando-se, desta forma, em um sindicato “chapa branca”. (*O Feixe*, 1987). Na edição de n° 3 do ano de 1987, na página 3, o jornal reforça a crítica ao STR de Marabá, que não disponibilizava materiais básicos como fichas e talonários para que novas associações fossem feitas.

As páginas do boletim contavam com fotografias, geralmente de trabalhadores na capa. Havia também tirinhas e quadrinhos feitos de forma manual, de cunho crítico à reforma agrária não realizada pelo governo brasileiro, e também em forma de campanha para que os lavradores participassem das lutas sindicais e se tornassem sócios dos sindicatos. Para tanto

usavam o recurso da metalinguagem em que explicavam o que era um sindicato, e as divergências entre sindicato combativo e sindicato “pelego”.

FERRAMENTA (1987)

O informativo *Ferramenta* pertencia a Oposição Sindical de Rio Branco – Acre. O objetivo era organizar e unificar os trabalhadores na luta pela retomada do Sindicato, que estava nas mãos de presidentes não comprometidos com a causa da categoria. O periódico noticiava estratégias de retomada do Sindicato, as reuniões realizadas para traçar metas em vistas a atingir tais objetivos e a criação de delegacias sindicais que haviam sido fechadas por falta de incentivo da entidade Sindical. As reivindicações da oposição centravam-se nas questões agrárias, independência sindical e melhores condições de vida e trabalho.

O *Ferramenta*, em edição nº 4 de 1987, na capa, apresentava os objetivos da oposição sindical, do Rio Branco – Acre: “*Venceremos, unidos e organizados*” dispostos em forma circular ao redor da ilustração de uma foice e uma enxada, demonstrando a necessidade que havia os trabalhadores de se unirem. Nas páginas do alternativo também eram expressos as metas da oposição do Acre:

Em linhas gerais foi decidido que: devemos ter bandeiras de luta, fundar novas delegacias, associar e quitar mais trabalhadores e promover encontros de formação sindical. Acreditamos que realizando estas metas, conquistaremos o Sindicato, seremos os seus verdadeiros donos e cumpriremos com sua real função, que é o de organizar os trabalhadores, conquistar e defender os nossos direitos. É isto aí ... (*Ferramenta*, nº 4, 1987, p. 3).

Assim como diversos jornais alternativos de trabalhadores rurais, o *Ferramenta* possuía como principal bandeira a retomada e conquista do sindicato pelos trabalhadores. Nestas perspectivas traçavam metas ligadas ao maior envolvimento dos trabalhadores nas questões sindicais, como encontros em que eram debatidos assuntos de interesses dos trabalhadores: a posse da terra, as eleições, saúde, educação entre outros.

4. Considerações finais

Em meio a um período de repressões, embates políticos e censura ditados pelo regime militar no Brasil, materializados na Amazônia por meio da exploração desordenada da floresta, projetos de colonização e modernização, os trabalhadores rurais viram-se diante de um cotidiano de lutas e movimentos sociais que giravam em torno da resistência pelo uso e posse da terra; colocaram na ordem do dia questões sobre os direitos trabalhistas e a sonhada reforma agrária do país, pautas ignoradas pelos militares.

Na imprensa sindical alternativa, os trabalhadores expuseram as mazelas e pobreza de uma região estratégica para o desenvolvimento do país. Estratégica porque há toda uma biodiversidade que a circunda e que interessa aos investidores internacionais. Os trabalhadores não deixaram escapar a oportunidade, mesmo utilizando veículos artesanais, de se tornarem protagonistas da história e revelar o que acontecia nos sertões da Amazônia. Trata-se de uma história retratada sob o ponto de vista do povo que constantemente era oprimido e ignorado pelas políticas públicas.

Os jornais alternativos produzidos por sindicatos de trabalhadores rurais e também por oposições sindicais na Amazônia abordados por este artigo apresentaram críticas não só ao governo militar, mas também ao próprio modelo de sindicato ligado às oligarquias da região, denominando-os de ‘pelego’. É certo que também existiam pequenos jornais utilizados por outros atores sociais comungados com a linha dura do governo, cuja finalidade era confundir os trabalhadores, ‘mascarando’ as ordens dadas e obedecidas, temática para futuras pesquisas a ser desbravada no vasto universo sobre as mídias alternativas na Amazônia.

Este é um dos desafios do Projeto Mídias Alternativas na Amazônia que está mapeando e estudando as pequenas formas de comunicação na região, desde 2011. Já existem catalogados 150 jornais e boletins de natureza contra hegemônica que foram estratégicos no fluxo da comunicação não só no período de ditadura militar como no de redemocratização do país.

Referências bibliográficas

AMARAL, Waldiléia Rendeiro da Silva. **Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará**. Brasil, 2010.

LEROY, Jean-Pierre René Joseph. **Uma chama na Amazônia. Campesinato, consciência de classe e educação. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA) (1974-85)**. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Estudos Avançados em Educação – Rio de Janeiro, 1989.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **O desemprego estrutural crônico: uma leitura através das charges**. In: INTERCOM 2005 - XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro, 2005.

MONTEIRO, Raimunda. **Informação e Redes de Interação no Novo Ciclo de Mobilizações dos Pequenos Agricultores da Transamazônica**. Curso Internacional de Mestrado em Planejamento de Desenvolvimento. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Belém – PA, 1996.

PAULA, E. A. **O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no Acre: conquistas e retrocessos.** Revista NERA (UNESP), Presidente Prudente-SP, v. 5, p. 86-101, 2004.

PERUZZO, Círcia M.K. **Aproximações entre Comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço.** In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal-RN, 2008.

Sites

Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em 02 junho de 2014.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Disponível em < <http://www.contag.org.br/index.php?action=1> >. Acesso em 2 de junho de 2014.

Central Única dos Trabalhadores (CUT). Disponível em < <http://www.cut.org.br/> >. Acesso em 2 de junho, 2014.

Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/>>. Acesso em 26 de março de 2014.

Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em: 11 de julho de 2014.

Acervo Fase-PA:

A Voz do Lavrador. Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras do Pará. Nº 1, ano I, outubro 1979.

Ferramenta. Oposição Sindical de Rio Branco – AC. Nº 4, outubro, 1987.

Lamparina. Informativo mensal da Delegacia Sindical do Una. Nº 1 a 4. Maio e agosto, 1979. Depois da Corrente Sindical Lavradores Unidos. Nº 5, 6, 15. (setembro de 1979 a dezembro de 1980).

O Feixe. Informativo da “Força Sindical Lavradores de Marabá”. Nº 2-3. Agosto e outubro, 1987.